



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: Cooperativismo de Crédito

ÁREA: Economia/ Desenvolvimento Socioeconômico

ALEXANDRE SOARES DIAS
2065000/4

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
UM ESTUDO DE CASO DA CRESOL**

Brasília
2012

ALEXANDRE SOARES DIAS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
UM ESTUDO DE CASO DA CRESOL**

Trabalho de Curso apresentado como um
dos requisitos para a conclusão do curso de
Administração de Empresas do UniCEUB –
Centro Universitário de Brasília

Orientador: Prof. Carlos Augusto de Souza

**Brasília
2012**

ALEXANDRE SOARES DIAS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
UM ESTUDO DE CASO DA CRESOL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Administração do
Centro Universitário de Brasília para
obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Orientador: Prof. Carlos Augusto de Souza

Brasília, 16 de outubro de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Carlos Augusto de Souza

Orientador

Prof. (a)

Examinador(a)

Prof.(a)

Examinador(a)

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO DE CASO DA CRESOL

Alexandre Soares Dias¹

RESUMO

O Brasil é hoje um país de grande potencial que vem se mostrando bastante competitivo, porém esta ascensão vem ocorrendo de forma desigual perante a sociedade. O acúmulo de capital de uns e falta de condições de sobrevivência de outros, revela o contraste social ainda muito comum em várias regiões. O Cooperativismo de Crédito tem chamado a atenção por seus princípios de adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade. Tais princípios, comuns a todas estas entidades, serão analisados neste estudo através das ações promovidas pela Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – CRESOL, apresentada como modelo cooperativo de crédito capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico de cidades e municípios pouco amparados pelo Poder Público. A promoção do desenvolvimento socioeconômico é de grande relevância na atual conjuntura brasileira, já que o aumento da renda per capita e a melhoria das condições de vida podem fomentar o crescimento do empreendedorismo e gerar condições mais favoráveis ao desenvolvimento dos setores econômicos. Para corroborar o desenvolvimento socioeconômico gerado pelas cooperativas de crédito foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, como parâmetro de análise de uma amostra de municípios atendidos pela CRESOL. Os resultados obtidos demonstraram que em sua totalidade, as amostras apresentaram crescimento no índice IDESE, nas esferas Educação, Renda, Condições de Saneamento/ Domicílio e Saúde, podendo atribuir parte deste desenvolvimento socioeconômico ao cooperativismo de crédito da CRESOL.

Palavras-chave: Cooperativismo, Cooperativismo de Crédito, Desenvolvimento Socioeconômico, CRESOL e IDESE.

¹ Alexandre Soares Dias

Graduando em Administração pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

E-mail: alexsdias@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No atual cenário econômico globalizado, que em sua grande maioria é baseado no sistema capitalista, observa-se uma necessidade de analisar outros formatos organizacionais em busca de melhores resultados que congreguem o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. (OCB, 2012)

Em contrapartida ao sistema capitalista surgiu o Cooperativismo, que segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2012), é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Fundamentado na participação democrática, na solidariedade, na independência e na autonomia, este modelo se mostra uma alternativa com potencial local, gerando menor dependência perante outras economias e promovendo melhorias sociais igualitárias.

As cooperativas de crédito vêm crescendo ao longo dos anos, tanto que no ano de 2012, segundo o Banco Central (BCB, 2012), os depósitos em cooperativas aumentaram 16,25% no primeiro semestre deste ano, enquanto no mercado financeiro em geral este crescimento foi de 5,53% no mesmo período. Apesar das cooperativas de crédito, no Brasil, representarem apenas 2% de todo o universo financeiro, estas veem aumentando sua participação em um ritmo acelerado, inclusive no que tange o desenvolvimento socioeconômico, em especial porque estimula o empreendedorismo local e auxilia na criação de oportunidades de negócio, na distribuição de renda e na inclusão financeira (OCB, 2012).

O estudo tem como objetivo analisar o modelo de cooperativismo de crédito da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico, capaz de minimizar as disparidades sociais. Para ilustrar este cenário de desenvolvimento será tomado como base o estudo de caso da CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Social) que atua oficialmente desde 1996, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, expandindo também para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e São Paulo. A utilização desta cooperativa como estudo se dá

devido à falta de entidades cooperativas de crédito autorizadas pelo Banco Central na região Centro-Oeste e que possuam um maior engajamento/ interação social.

Para o entendimento da temática, tomam-se como objetivos específicos: apresentar o estado da arte a respeito de cooperativismo e seus ramos; cooperativismo de crédito; explanar acerca de conceitos de economia solidária e desenvolvimento socioeconômico - IDESE; apresentar estudo de caso do modelo cooperativo da CRESOL; e salientar as ações de desenvolvimento socioeconômico da CRESOL, que possam auxiliar a formação de cooperativas de crédito em diversos setores da economia.

A grande relevância desta temática fez com que este ano de 2012 fosse decretado pela ONU, através da Resolução A/RES/64/136, o Ano Internacional das Cooperativas, com o slogan “Cooperativas constroem um mundo melhor”, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico sustentado, a mitigação da pobreza e a intercooperação (OCB, 2012).

O estudo visa apresentar como o cooperativismo de crédito pode ser um fator promotor do desenvolvimento socioeconômico? Para tal, faz-se necessário explanar sobre os conceitos de cooperativismo e seus ramos, cooperativismo de crédito, desenvolvimento socioeconômico, apresentar estudo de caso da CRESOL como exemplo de desenvolvimento rural e posterior cruzamento de dados com o IDESE.

Este trabalho poderá contribuir, do ponto de vista científico, com o entendimento acerca da relação entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento socioeconômico, que poderão agregar valor ao estado da arte sobre a temática, dessa forma auxiliando no aprimoramento de modelos econômicos solidários rurais e urbanos.

Do ponto de vista aplicado, a pesquisa é relevante tendo em vista que a sociedade tem se interessado pela forma de economia solidária. Esta justificativa pode ser relacionada com o citado por Souza et al. apud Singer (2003, p. 45) que versa que “No campo das idéias, uma literatura crescente chama atenção para essas experiências, ao mesmo tempo em que se multiplicam atores dentro de instituições

públicas e privadas, movimentos sociais e entidades da sociedade civil que as apoiam e as ajudam a se desenvolver”.

Do ponto de vista social, os resultados da pesquisa poderão fomentar a discussão na sociedade sobre como se pode promover um ciclo de renda, onde haja investimento e retorno igualitário às economias locais, proporcionando aquecimento econômico e desenvolvimento da sociedade, além de provocar a reflexão sobre as políticas econômicas adotadas no país.

Este desenvolvimento esperado é importante para o aquecimento do mercado interno, possibilitando um incremento no PIB nacional, devido ao aumento produtivo do setor rural, além deste aspecto o desenvolvimento socioeconômico pode contribuir de diversas outras formas como a possibilidade de surgimento de novos empreendimentos dada a elevação da renda per capita.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Surgimento do cooperativismo

Desde o início da civilização, segundo a Confederação das Cooperativas de Crédito no Brasil, os humanos buscaram a cooperação com seres de mesma espécie em atividades do setor primário, como a agricultura, a extração madeireira e mineral, feitas através da associação de indivíduos. O intuito era satisfazer as necessidades individuais, e desde então a parceria tem sido um dos meios mais simples de enfrentar as adversidades do cotidiano e a obter melhores resultados (MASLOW apud CONFEBRÁS, 2010).

A partir do final do séc. XVIII, começam a surgir mudanças significativas econômicas e sociais, com a invenção da máquina a vapor por James Watt (1736 – 1819), impulsionando a I Revolução Industrial. Este acontecimento proporcionou grandes transformações na cultura e na sociedade mundial, que estava habituada a utilizar utensílios simples e empregar práticas antigas em suas atividades.

A chamada Revolução Industrial nasceu na Inglaterra e posteriormente espalhou-se para o mundo. As mudanças verificadas foram das mais diversas ordens. De acordo com Kwasnicka (2004, p. 30), “Com a revolução Industrial as empresas crescem, utilizam-se máquinas, emprega-se grande número de pessoas, a produção é em larga escala; atende-se a mercados maiores e mais distantes, e acirram-se as disputas por mercados – a concorrência”

Perante esta nova mecânica social, a estrutura dos governos se revelou obsoleta, segundo Kwasnicka (2004), impulsionando os ideais de liberalismo econômico, tendo como precursores John Locke e Adam Smith. Assim, a prosperidade econômica e o acúmulo de riquezas se dariam por meio do livre mercado, sem que, houvessem interferências do Estado. Este ideal proporcionou maior autonomia do setor econômico, combinado ao desejo pelo acúmulo de capital deu origem ao modelo capitalista que potencializou a economia, mas também agravou a disparidade social.

Segundo Souza et al. apud Singer (2003), o capitalismo industrial, pós-liberalismo, foi marcado pela exploração dos trabalhadores, que trabalhavam por longas horas e eram remunerados com baixos salários, disseminando a percepção da vida sob condições precárias.

Em contrapartida a este modelo, segundo Maurer Junior (1966, p.25), surgiram movimentos cooperativos em quatro países da Europa, primeiramente na Inglaterra e Suíça. Desta forma, emergiram os modelos iniciais de cooperativas de consumo, com o desejo de oferecer bens de consumo a preços mais acessíveis. Em seguida, na Alemanha e na França, ensaiaram-se as primeiras formas de cooperativas de produção, ambas visando à geração de condições de vida mais favoráveis.

No ano de 1844, na Inglaterra, um grupo de 28 tecelões se uniu para a montagem do primeiro modelo formal de cooperativa de trabalho, a *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited*, organizando uma sociedade cooperativa com admirável capacidade de sobrevivência e amadurecido senso administrativo, segundo MAURER JUNIOR (1966, p.28).

Segundo Souza et al. apud Singer (2003) o movimento cooperativista tem sido crescente na atualidade, pois representa uma resposta à crise vigente, se tornando

alternativa para diversas comunidades e famílias, que vivem hoje em condições desfavoráveis.

2.2 Cooperativismo

O termo cooperativismo advém do prefixo “cooperação” + o sufixo “ismo”. Conceituando cooperação, segundo Herbert et al. (1939), que versa que a cooperação é uma ação, social e conjugada, de pessoas, que se unem de forma mais ou menos organizada para o alcance de objetivos em comum, fazendo desta um importante meio para o desenvolvimento conjunto da sociedade.

Este conceito demonstra que a cooperação é uma ação voltada para a mobilização da sociedade, sendo importante perante o desenvolvimento econômico e social de todos os participantes que possuem objetivos convergentes. A cooperação propicia a integração de pessoas que, unitariamente, não teriam condições adequadas para transpor as barreiras impostas, sejam elas quais forem, para promover o bem-estar socioeconômico.

O termo Cooperativismo pode ser entendido, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2012), como, um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, fundamentado na participação democrática, na solidariedade, na independência e na autonomia.

As Sociedades Cooperativas possuem regimento específico, regulamentado, em 16 de dezembro de 1971 pela Lei 5.764, que conceitua essas sociedades conforme:

Art. 4º - “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: adesão voluntária; variabilidade do capital social representado por quotas-partes; limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado; intransmissibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; singularidade de voto; quórum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação

em contrário da Assembléia Geral; indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços". (OCB, 2012)

Conforme o artigo 4º, os princípios cooperativistas são: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Estes princípios são de suma importância para que o modelo não seja desvirtuado de seu objetivo final que é promover um desenvolvimento econômico que seja atrelado ao bem-estar social.

Para Cruz (1999), o cooperativismo "é um sistema econômico-social, autogerido em bases democráticas, operacionalizado através de ajuda mútua, que se destina à satisfação das necessidades econômicas e à promoção moral dos membros a ele integrado".

A doutrina cooperativista é explicitada pela CONFEBRÁS da seguinte forma:

Por ser doutrina econômica, ela precisa de uma apreciação, avaliação e aprovação da sociedade que a estuda, que a analisa e que a aceita. A doutrina não é imposta, é absorvida pela própria sociedade que a adotou como sendo a melhor. Seu caráter econômico que busca o social torna-a humanista. Volta-se ao homem como elemento cooperativista de sua essência. (CONFEBRÁS, 2010)

Esta doutrina tem como ideal amenizar o impacto social desigual gerado pelo atual sistema econômico, que é baseado no acúmulo financeiro por grupos minoritários. O modelo cooperativo possibilita a união de fatores que aumentam o poder de barganha do grupo frente ao mercado. Atualmente, o sistema econômico cooperativo do Brasil, representa um volume de transações econômicas equivalente a 6% PIB, de acordo com Benato (2004).

Por ser uma organização social e econômica, o cooperativismo está inserido no contexto e na dinâmica social, sofrendo modificações e adaptações, para atender adequadamente aos interesses de seus membros. Segundo o Panorama do Cooperativismo Brasileiro ano 2011 – OCB/ SESCOOP, existem, atualmente, 6.586 cooperativas, contando com 10.009 milhões de associados e emprega cerca de

296.000 funcionários, o que demonstra sua importância na economia brasileira. Com o desenvolvimento do cooperativismo e o aumento do interesse popular por este modelo, as cooperativas foram se diversificando e foram divididas em 13 ramos de atuação para que atendesse às mais diversas necessidades sociais.

2.3 Ramos do Cooperativismo

O cooperativismo, através dos anos, sofreu modificações e foi dividido em 13 ramos de atuação no mercado, objetivando expandir e moldar este modelo aos interesses de seus associados (Benato, 2004), sendo eles:

a) Agropecuário: constituído por cooperativas de qualquer atividade agropecuária, que tem por objeto a comercialização e industrialização de produtos agropecuários.

b) Consumo: constituída por cooperativas de abastecimento, podendo elas ser abertas para todos que queiram participar do empreendimento ou fechadas.

c) Crédito: formado por cooperativas de crédito rural e mútuo. Nas cooperativas de crédito rural podem participar todos os produtores do setor agropecuário, já nas de crédito mútuo podem participar todas as pessoas ligadas a uma entidade ou setor específico.

d) Educacional: constituída por cooperativas de professores, de alunos ou de pais de alunos.

e) Especial: constituídas por cooperativas não plenamente auto-geridas, formadas por pessoas de menor idade, relativamente incapazes ou com grau de instrução limitado, necessitando de um tutor para o seu funcionamento.

f) Habitacional: formado por cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais.

g) Infra-estrutura: constituída por cooperativas que têm como objetivo primordial prestar serviços coletivos de estruturação.

h) Mineral: formada por cooperativa de mineradores, que tem como finalidade a exploração de minérios.

i) Produção: constituída por cooperativas, nas quais os meios de produção, explorados pelo quadro social, pertencem à cooperativa.

j) Saúde: constituída por profissionais da área de saúde, visam prestar serviços a terceiros, obtendo um ganho direto do consumidor.

k) Trabalho: constituído por cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros, como uma empresa de terceirização de funcionários.

l) Transporte: formada por profissionais especializados que prestam serviços na área de transporte de cargas e passageiros.

m) Turismo e Lazer: constituída por profissionais que prestam serviços na área de turismo e lazer, e também os que desenvolvem produtos para esse segmento.

2.4 Cooperativismo de Crédito

As cooperativas de crédito são constituídas com a finalidade de oferecer aos associados produtos e serviços bancários, tendo por objetivo facilitar o acesso aos serviços financeiros e disseminar o espírito de cooperação em prol do bem comum, diminuindo assim a disparidade social (OCB, 2012).

Segundo Cruz (1999), “as cooperativas de crédito são aquelas cooperativas formadas com base na solidariedade financeira e destinadas a promover a poupança e a financiar as necessidades de consumo ou empreendimentos, dos seus associados.”.

Segundo Menezes (2004) o ramo de crédito surgiu na Alemanha e é atribuído a Frederico Wilhelm Raiffeisen, na época, prefeito e idealizador das Cooperativas de Crédito Rural. Humanista preocupado com os problemas sociais que assolaram o país em 1847, Raiffeisen, organizou entidades de vários tipos, passando a

emprestar dinheiro a agricultores, com o intuito de reestabelecer o suprimento das necessidades básicas da população e administrando as pequenas quantias reavidas.

Ainda segundo o autor este modelo rural obteve grande êxito e foi propagando para todo o mundo (MENEZES, 2004) possibilitando a adaptação deste formato para os centros urbanos, dando origem às Cooperativas de Crédito Urbano. Idealizada por Herman Schulze-Delitzscheum, parlamentar preocupado com a exploração de pequenos industriais, comerciantes e trabalhadores, fundou a “Caixa de Socorros”, que atendia a casos de doença e morte, posteriormente adaptou este fundo e o transformou em “Bancos Populares”, passando assim a atender as mais diversas necessidades de crédito urbano.

Um exemplo do modelo de cooperativismo de crédito urbano é o tipo Luzzatti, que visa prestar serviços bancários oferecendo as melhores taxas de mercado. Tem-se como sucesso o formato adotado por Muhammad Yunus, conhecido por fundar o Grammen Bank, o “banco dos pobres”, que auxiliou no desenvolvimento da economia de Bangladesh, através da oferta de crédito sem mesmo ter garantias de retorno e se tornou um referencial de desenvolvimento desta economia subdesenvolvida.

A partir dos modelos do tipo Raiffeisen e Luzziati, Alphonse Desjardins, jornalista e relator na Câmara do Canadá, buscou alternativas para melhorar a vida dos trabalhadores, estudando as formas associativas e agregando novos valores como a mutualidade (sistema de proteção social, com o objetivo de ajudar mutuamente associados em situação de carência ou de melhoria das condições de vida) (CONFEBRÁS, 2010).

Em geral as Cooperativas de Crédito oferecem, em termos de operação financeira, todos os serviços dos quais os cidadãos comuns precisam, porém se diferem dos demais bancos, conforme demonstra o quadro 1 a seguir. Segundo o BCB (2011) as cooperativas possuem taxas mais acessíveis que as instituições bancárias, em média, 1,7% a.m. no ano de 2010, taxa de inadimplência média menor que 3%, enfoque em pessoas físicas e forte atuação nas operações de crédito de baixo valor (abaixo de R\$5 mil), principalmente em pequenas cidades e municípios.

Quadro 1 – Diferenças entre bancos e cooperativas de crédito

Bancos	Cooperativas de crédito
A propriedade é privada e visa-se a maximizar o lucro	A propriedade é social e não se visa a lucros
É permitida a transferência das ações a terceiros	Não é permitida transferência de quotas-parte a terceiros
Os membros do Conselho de Administração são proprietários ou provenientes do mercado	Os membros do Conselho de Administração são cooperados
O usuário é mero cliente	O usuário é o próprio dono, tem decisão ativa na política operacional e deve ser tratado com isonomia
No relacionamento com o cliente, há prioridade na redução de custos e de riscos	Analizam a capacidade de investimento e pagamento dos associados
Priorizam os grandes centros urbanos	Atuam também em comunidades mais remotas
Tendem ao atendimento impessoal, com base na reciprocidade financeira, e focam exclusivamente a dimensão econômica	Predomina o atendimento pessoal aos associados, com relações mais sociais entre dirigentes, funcionários e associados. Dimensão socioeconômica se sobrepõe.
Vínculo frágil com a comunidade	Vínculo com a comunidade, na qual aplicam os recursos captados
Focam-se na concorrência de mercado	Desenvolvem-se pela cooperação
A remuneração dos acionistas é proporcional ao capital investido	Sobras no exercício podem ser distribuídas entre os associados na proporção dos serviços financeiros utilizados, ou reinvestidos em fundos cooperativos
Imputam risco sistêmico ao SFN	Os prejuízos e riscos são suportados pelos associados

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira 2011 do Banco Central do Brasil, com base em Meinen, Domingues e Domingues (2002)

As Cooperativas de Crédito são um importante instrumento de desenvolvimento em muitos países. Em termos globais o país com maior participação no sistema cooperativo é a Alemanha. Segundo o BCB (2011) apud DGRV (Confederação das Cooperativas da Alemanha, 2011), as operações oriundas de cooperativas de crédito são responsáveis por cerca de 20% de toda a movimentação financeira e bancária do país e possui mais de 16,2 milhões de associado até o ano de 2010, o que representa uma parcela bastante expressiva.

Atualmente, as cooperativas de crédito vêm mostrando grandes avanços no que tange a participação no Sistema Financeiro Nacional, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Participação das cooperativas de crédito nos agregados financeiros do segmento bancário do SFN

Ano	Participação no patrimônio líquido	Participação nos ativos	Participação nos depósitos	Participação nas op. de crédito
1994	0,70%	0,18%	0,11%	0,31%
1995	1,36%	0,21%	0,14%	0,40%
1996	1,19%	0,25%	0,24%	0,47%
1997	1,68%	0,31%	0,34%	0,65%
1998	1,83%	0,40%	0,44%	0,83%
1999	1,89%	0,52%	0,60%	1,01%
2000	2,09%	0,60%	0,81%	1,08%
2001	2,23%	0,71%	0,99%	1,38%
2002	2,57%	0,83%	1,10%	1,50%
2003	2,91%	0,99%	1,33%	1,84%
2004	3,24%	1,14%	1,43%	2,05%
2005	3,57%	1,20%	1,49%	2,04%
2006	3,53%	1,26%	1,67%	2,01%
2007	3,48%	1,23%	1,75%	2,08%
2008	3,36%	1,15%	1,47%	2,23%
2009	3,54%	1,29%	1,64%	2,27%
2010	3,59%	1,35%	1,91%	2,13%

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira 2011 do Banco Central do Brasil, com base nos dados informados pelas instituições supervisionadas.

A redução apresentada no último ano é justificada pelo presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, mostrando um trajeto de busca por maior competitividade no mercado, afirma ainda da seguinte maneira “As cooperativas se juntam, seja por fusão ou incorporação, para ter maior escala e, assim, ganharem mais espaço e ampliarem seus negócios. Em consequência disso, observa-se uma evolução significativa no total de associados e de empregados, ou seja, na força de trabalho”.

Dados divulgados pelo Banco Central do Brasil de dezembro de 2011 demonstram que as 1.330 cooperativas de crédito brasileiras, quando somadas, ocupam a 7ª posição entre as instituições financeiras de varejo do país, administrando 2,25% dos ativos totais, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2 - Ativos administrados pelas Instituições Financeiras de Varejo - base dez/2011

Ordem	Instituição Financeira	Ativos em Dez/2011	% em Dez/2011	% em Jun/2011	% em Dez/2010	% em Dez/2009	% em Dez/08
1ª	Banco do Brasil	935 bilhões	18,2%	18,0%	17,8%	19,2%	15,4%
2ª	Itaú	815 bilhões	15,9%	16,0%	16,4%	16,2%	19,2%
3ª	Bradesco	666 bilhões	13,0%	12,7%	12,8%	12,3%	12,1%
4ª	Caixa Econ. Federal	511 bilhões	10,0%	9,6%	9,1%	9,5%	9,0%
5ª	Santander	432 bilhões	8,4%	8,6%	8,6%	9,3%	10,5%
6ª	HSBC	147 bilhões	2,9%	3,0%	2,8%	2,8%	3,4%
7ª	Cooperativas de Crédito + Bancos Coop.	115 bilhões	2,25%	2,2%	2,1%	1,9%	1,7%
	<i>Cooperativas de Crédito (sem os Bancos Coop.)</i>	<i>87 bilhões</i>	<i>1,7%</i>	<i>1,6%</i>	<i>1,6%</i>	<i>1,5%</i>	<i>1,4%</i>
8ª	Safra	88 bilhões	1,7%	1,7%	1,7%	2,0%	2,0%
9ª	Citibank	58 bilhões	1,1%	1,1%	1,2%	1,1%	1,2%
10ª	Banrisul	38 bilhões	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%

Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito (2012) apud Banco Central do Brasil (2012).

Ainda de acordo com o BCB (2012), as cooperativas de crédito no Brasil obtiveram um crescimento de 32,2% em volume de ativos só no ano de 2010 e de 25,9% no ano de 2011, driblando a crise econômica e atraindo movimentações com suas baixas taxas de juros. Seu sistema financeiro independente propicia o aumento de movimentações sem sofrer um grande risco com relação ao restante do mercado financeiro.

Segundo dados da OCB/ SESCOOP (2011) a previsão de aumento do número de associados a cooperativas de crédito é de cerca de 2 milhões do ano de 2012 a 2016, sendo possível inferir o grande potencial de expansão e o grande impacto que pode gerar no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

2.5 Economia Solidária e Desenvolvimento Socioeconômico

As cooperativas, as associações e os sindicatos, dentre outros movimentos menos organizados surgiram no intuito de desempenhar o papel insuficiente do Estado. Estes movimentos sociais foram impulsionados, segundo Souza et al. apud Singer (2003), pela sociedade como forma de combater a falta de emprego e oportunidades, apoiando umas às outras em uma economia solidária.

A economia solidária é composta por economia e cooperação, que, para Souza et al. apud Singer (2003), se dá através de associações econômicas igualitárias

e democráticas com a finalidade de combater os altos índices de desemprego e a escassez de crédito para investimentos. Este conceito insere claramente a importância das cooperativas de crédito perante as necessidades sociais, que objetivam oferecer crédito para investimento com taxas acessíveis aos associados.

Os autores (2003) destacam ainda que existem duas dimensões principais que advém da consolidação das cooperativas e de outros modelos de economia solidária, sendo estas:

[...] uma dimensão econômica, enquanto atividades econômicas que garantam meios de vida aos seus integrantes; e uma dimensão política, enquanto organizações coletivas onde prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes. Embora muitas vezes apenas uma delas tenda a ser enfatizada, ambas são fundamentais para que a economia solidária se concretize (SOUZA et al. apud SINGER, 2003, p. 47).

A melhoria das condições de vida é um dos principais objetivos do desenvolvimento social, que para Souza et al. apud Singer (2003), implica em uma complexidade de aspectos diretamente ligados ao tema, como economia, política, cultura, educação, religião, dentre outros fatores consideráveis que permeiam as sociedades.

Segundo Sachs (1986), o desenvolvimento se mostra cada vez mais “pluridimensional”, onde suas diferentes vertentes não são redutíveis a um denominador comum. Desta forma é possível verificar que o conceito de desenvolvimento social está em contínua construção, assim como o ambiente e sua inter-relação.

Para este estudo se faz necessário tomar como base conceitos mais concretos. Segundo Herbert et al.(1939) o termo desenvolvimento significa a superação de obstáculos de ordem social, política ou cultura de maneira programada e uniforme, dentro de um determinado contexto histórico, sendo equacionado não só pela economia de mercado, mas também pelas mudanças das relações e pela mobilidade social. Este conceito unifica o que foi dito por Singer e Sachs, contextualizando os aspectos do desenvolvimento social em sua amplitude ambiental.

Ainda sobre desenvolvimento, Sachs delimita os traços do desenvolvimento sob a ótica da satisfação das necessidades básicas, como sendo:

[...] um esforço para determinar os conteúdos concretos do crescimento em função dos objetivos sociais desejados e, conseqüentemente, criação de condições favoráveis a um movimento de auto-organização da base, com vistas ao desenvolvimento (SACHS, 1986, p. 59).

Pode-se destacar que os esforços empregados para o desenvolvimento são derivados das reais necessidades da sociedade e seus desejos de melhoria, servindo como ponto de partida e mobilização para a mudança social, para que assim se iniciem ações com foco no desenvolvimento desejado.

O desenvolvimento social, segundo o IBGE (2012), também é analisado através do Índice de desenvolvimento Humano (IDH) e tem como objetivo medir o desenvolvimento dos países levando em consideração, além do PIB per capita, a taxa bruta de frequência escolar, a taxa de alfabetização e a expectativa de vida. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento humano (IDH), segundo Amartya Sen² (2000 apud Amorim, E. & Blanco M.) é a “expansão ou alargamento da liberdade”, sintetizado em três grandes dimensões o conhecimento, os recursos monetários e a saúde e sobrevivência. Para a instrumentalização e medição do desenvolvimento socioeconômico serão adotados o Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico para o Rio Grande do Sul (IDESE, 2012), calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), desenvolvido e calculado em parceria pelo Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. Assim como o IDH, o IDESE e o IDH-M também variam entre 0 e 1, sendo 0 quando o desenvolvimento é nulo e 1 quando há desenvolvimento total. A classificação é feita em grupos, baixo desenvolvimento (até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maior que 0,800).

Os indicadores econômicos e sociais têm a finalidade principal de permitir a avaliação da situação e evolução de uma comunidade em seus vários aspectos. Com relação ao IDESE, o Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul versa que:

² Sen, Amartya: Economista e co-criador do IDH para a ONU.

“O Idese é um índice sintético, composto por 12 indicadores divididos em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. Esses indicadores são transformados em índices e, então, agregados segundo os blocos aos quais pertencem, gerando, assim, quatro novos índices (um para cada bloco). O Idese é o resultado da agregação dos índices desses blocos.” (SCP, 2012)

Uma vez obtidos os índices dos 12 indicadores de uma determinada unidade geográfica, os índices dos blocos são gerados pela média aritmética ponderada dos índices dos indicadores que compõem cada bloco, utilizando-se os pesos mostrados no quadro 2. E, finalmente, o IDESE é obtido por média aritmética (com pesos iguais de 0,25 para cada bloco) dos índices dos quatro blocos.

Quadro 2 - Blocos do Idese, índices componentes de cada bloco, pesos dos índices nos blocos e no Idese, limites dos índices e fontes dos dados brutos

Blocos	Índices	Peso no Bloco	Peso no Idese	Limite Inferior	Limite Superior	Fontes dos Dados Brutos
Educação	Taxa de abandono no ensino fundamental	0,25	0,0625	100%	0%	Edudata do INEP, Ministério da Educação
	Taxa de reprovação no ensino fundamental	0,2	0,05	100%	0%	Edudata do INEP, Ministério da Educação
	Taxa de atendimento no ensino médio	0,2	0,05	100%	0%	Censo Demográfico 2000 do IBGE; Edudata do INEP, Ministério da Educação; FEE
	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade	0,35	0,0875	100%	0%	Censo Demográfico 2000 e PNAD do IBGE
Renda	Geração de renda - PIBpc	0,5	0,125	100 (\$ ppp)	40 000 (\$ ppp)	FEE
	Apropriação de renda - VABpc do comércio, alojamento e alimentação	0,5	0,125	11,22 (\$ ppp)	4.486,64 (\$ ppp)	FEE
Condições de Saneamento e Domicílio	Percentual de domicílios abastecidos com água: rede geral	0,5	0,125	0%	100%	Censo Demográfico 2000 do IBGE
	Percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário: rede geral de esgoto ou pluvial	0,4	0,1	0%	100%	Censo Demográfico 2000 do IBGE
	Média de moradores por domicílio	0,1	0,025	seis	um	Censo Demográfico 2000 e PNAD do IBGE; FEE
Saúde	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	0,33	0,0833	30%	4%	DATASUS do Ministério da Saúde.
	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos	0,33	0,0833	316 por mil	quatro por mil	DATASUS do Ministério da Saúde
	Esperança de vida ao nascer	0,33	0,0833	25 anos	85 anos	IDHM 2000 do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro

Fonte: SEPLAG - Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã/ FEE

As dimensões desta medição, revelam a situação de desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, sendo informação de suma importância para a posterior relação destes índices do desenvolvimento socioeconômico (IDESE, 2012) com as ações do cooperativismo de crédito que contribuem para sua melhoria.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada segundo Vergara (2003), através de dois critérios básicos, quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins esta pesquisa é descritiva e explicativa, fundamentada em um estudo de caso que, segundo a autora, se justifica pelo fato do trabalho descritivo expor as características de determinado fenômeno ou população, podendo estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. No que tange a pesquisa explicativa a autora versa que esta se dá quando, de alguma forma, a pesquisa visa esclarecer quais fatores contribuem para a ocorrência de um fenômeno, tornando o estudo mais compreensível.

Neste estudo o método descritivo foi utilizado para descrever as características, conceitos e a importância das cooperativas de crédito, assim como o modelo de desenvolvimento socioeconômico da CRESOL. A pesquisa explicativa foi utilizada para elucidar as características do modelo de desenvolvimento da CRESOL, em busca de aspectos relevantes, que auxiliem as demais instituições cooperativas e até mesmo outros modelos de desenvolvimento socioeconômico, que se preocupem não somente com o acúmulo de capital, mas também com o desenvolvimento da sociedade e com a diminuição da disparidade social.

Quanto aos meios o procedimento técnico utilizado foi pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é delineada a partir de material já elaborado, utilizando-se, especialmente, livros, trabalhos acadêmicos e artigos científicos. Como estratégia de pesquisa foi utilizado o estudo de caso, que proporciona uma profundidade e detalhamento da pesquisa. “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu

contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2001, p. 32).

No Estudo de Caso, foram observados o modelo de funcionamento do Sistema CRESOL, a contribuição da CRESOL para o Desenvolvimento Socioeconômico e por fim serão analisados indicadores Socioeconômicos (IDESE) em paralelo com as contribuições da CRESOL. Para esta análise, serão considerados os municípios de Camaquã, Canguçu, Cristal, Dom Feliciano, Pelotas e São Lourenço do Sul, localizados na Base Regional CRESOL - Boa Vista, em São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. A utilização destas localidades se dá devido ao estudo de caso abranger estes municípios e pelo fato do índice IDESE ser aplicado apenas a regiões do estado do Rio Grande do Sul, não sendo possível a utilização deste índice nos demais estados onde a CRESOL atua.

O processo de trabalho seguiu as seguintes etapas: análise e seleção prévia da literatura existente sobre o tema; definição do problema a ser investigado, a partir do tema escolhido; estabelecimento dos objetivos; coleta e organização sistemática de informações sobre o caso; análise dos dados obtidos; elaboração da dissertação, registrando os aspectos significativos do estudo, a interpretação das informações obtidas, bem como a construção de conclusões relativas a temática.

As palavras-chave Cooperativismo, Cooperativas de Crédito, Desenvolvimento Socioeconômico, CRESOL e IDESE, foram os critério para busca em periódicos científicos de administração. Foram adotados, também, livros-referência no assunto, dados e relatórios anuais da CRESOL e dados da FEE (IDESE) que proporcionarão as informações necessárias para o alcance do objetivo.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 Sistema CRESOL

Com a finalidade de atender as necessidades dos agricultores e familiares do Sudoeste do Paraná foi criada a CRESOL, cooperativa de Crédito Rural que faz

parte da ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária.

Fruto da luta e união de pequenos agricultores, a CRESOL foi criada no intuito de encontrar alternativas para esta parcela excluída total ou parcialmente de projetos de modernização e facilitar o acesso a linhas de crédito. Como atores de mobilização social buscam acessar o crédito solidário com o objetivo de participar diretamente do processo de desenvolvimento regional e local em bases sustentáveis. Na década de 80, um fundo de financiamento foi estruturado com foco na agricultura familiar, o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) com a finalidade de proporcionar o financiamento de experiências alternativas da agricultura e os assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. A partir deste fundo os agricultores da região sentiram a necessidade de uma instituição que atendesse suas necessidades de crédito rural.

As primeiras Cooperativas do sistema CRESOL foram criadas nos anos de 1995 e 1996 em vários municípios do Sudoeste do Paraná, logo após foi criada a CRESOL Baser, que seria a base de serviços da cooperativa. Em cinco anos com o grande desenvolvimento destas organizações, o Banco Central orientou que esta se tornasse a cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão. Em 2004 de acordo com o princípio da descentralização e de crescimento horizontal houve a criação da segunda cooperativa central localizada em Chapecó- SC que atende parte de Santa Catarina e o estado do Rio Grande do Sul (CRESOL, 2012).

O Sistema CRESOL funciona através de Cooperativas Singulares, Bases Regionais de Serviços e a Cooperativa Central. A CRESOL Baser - cooperativa central – reúne as Bases Regionais de Serviços e as Cooperativas Singulares. O quadro social da cooperativa é composto exclusivamente por agricultores familiares, que também são responsáveis por toda a administração (CRESOL, 2012). Em tese a estrutura CRESOL é descentralizada pelo fato da Central articular as Bases Regionais, que agregam as Cooperativas Singulares próximas, e estas atuam em cidades e municípios, sendo esta uma grande estratégia de aproximação com os cooperados.

O Sistema oferece uma gama de produtos e serviços aos agricultores familiares como: conta corrente com talão de cheques, depósitos à vista e a prazo (valores em conta-corrente e aplicações dos associados no chamado depósito cooperativo, semelhante à poupança convencional), seguros e pagamentos de tarifas públicas e impostos. Há também, a disponibilidade de crédito com recursos oficiais, como o Pronaf, e recursos próprios, financiando capital de giro, investimentos nas estruturas produtivas, oportunidades de negócio, emergências de saúde e construção ou reforma da casa.

A Cooperativa de Crédito Rural Cresol é uma organização popular e autogestionária, ou seja, constituída e administrada pelos próprios agricultores familiares. A diretoria é eleita em Assembléia pelos cooperados, possuindo estatuto e regimento interno próprios. Os recursos captados neste sistema não ficam alocados na CRESOL Baser, como ocorre nas cooperativas comuns, mas sim nos municípios de origem dos cooperados, fortalecendo o relacionamento com o sistema bancário local. Com essa articulação é possível conseguir mais fontes de financiamento do município, além de evitar a centralização de poder em apenas uma instituição (BITTENCOURT, 2000) e permitir maior proximidade com os cooperados.

Os princípios da autogestão contemplam um procedimento participativo decisório que engloba aspectos econômico-sociais, conforme descrito por Souza et al. apud Singer, 2003. Considerando a gestão participativa dos trabalhadores, a transparência administrativa, as relações comunitárias e as atividades sociais.

O Sistema Cresol tem por missão:

- buscar promover a inclusão social dos agricultores familiares, ao facilitar o acesso a produtos e serviços financeiros;
- atuar no fortalecimento e estímulo da interação solidária entre esses agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local com sustentabilidade;
- buscar a interação solidária dos agricultores, a democratização e profissionalização do crédito, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas.

A visão é: “Crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social” (CRESOL, 2012). Ressalta, como seus principais valores, a excelência, a ética, a honestidade, a transparência e a responsabilidade social. Dentre seus princípios, destacam-se: a interação solidária; a formação, capacitação e organização dos associados; a descentralização de decisões; o crescimento horizontal; a democratização e profissionalização do crédito; o desenvolvimento social; a sustentabilidade.

É possível perceber uma grande evolução neste sistema ao longo dos anos, considerando que no início de suas atividades contava com 1.639 associados, e hoje conta com mais de 90.936 cooperados apenas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (CRESOL, 2012). Este número é resultado da facilidade de acesso dos agricultores ao sistema CRESOL, visto que busca distribuir-se nos municípios através de PAC's ou cooperativas singulares pertencentes ao sistema.

A ênfase da CRESOL é a sustentabilidade da agricultura familiar (CRESOL, 2012), fornecendo ao agricultor subsídios para que este possa se manter competitivo junto ao mercado.

4.2 A contribuição da CRESOL para o Desenvolvimento Socioeconômico

Uma característica muito importante observada é o processo autogestionário da cooperativa, que preocupa-se com o envolvimento de todos os associados, desde os agentes comunitários de desenvolvimento de crédito, interlocutores representantes da cooperativa na comunidade local que levam informações e fiscalizam informalmente, até o conselho administrativo. Para que haja este envolvimento, existe a preocupação com a educação e formação do cooperado e do colaborador, para que estes possam também contribuir mais efetivamente nas decisões organizacionais.

Através de parceria com o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) foi possível a realização de processos educativos entre os associados da Central Baser e de cooperativas singulares do Sistema CRESOL. A

intenção é fortalecer a participação de associados e seus familiares. Dessa forma, se amplia, “[...] na prática cotidiana, os valores e princípios do cooperativismo, fortalecendo e consolidando a Agricultura Familiar, alicerçados na solidariedade, na intercooperação, na inclusão socioeconômica, cultural, ambiental e política” (CRESOL, 2012).

A parceria da CRESOL com a INFOCOS já proporcionou a ampliação do Programa de Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, a expansão de turmas do Programa Cooperativa Escola, Programa de Desenvolvimento da Juventude da Agricultura Familiar e o Curso de Pós-Graduação “Gestão em Cooperativismo Solidário”.

Portanto, através dessas ações percebe-se a responsabilidade da cooperativa com o desenvolvimento e com os agricultores, para que esses não só recebam créditos, mas saibam como e onde aplicá-los.

Do elenco de iniciativas de formação de seus associados, destaca-se o Programa Gênero e Geração, mantido pelo Sistema CRESOL. Objetiva tornar o cooperativismo

[...] um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida, gestão social, e com participação de jovens e mulheres de maneira ativa (CRESOL, 2010, apud GARCIA, 2011).

No que se refere ao aumento de renda, a concessão de financiamentos se mostra um grande instrumento necessário às atividades produtivas, seja para a aquisição de insumos produtivos ou maquinários. A taxa de juros cobrada nos financiamentos leva em conta as condições do público da cooperativa, o que permite a mesma ter um índice de inadimplência baixo, numa média de 2,8%, se comparado a média nacional de inadimplência do Pronaf, por exemplo, que conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é de 14% (SCHRÖDER, 2005).

No que tange o desenvolvimento econômico e o acesso ao crédito solidário seus associado economizaram um montante de 92 milhões, quando comparados aos juros e tarifas das demais instituições financeiras, sendo que deste

montante 3.959 milhões retornaram a seus associados como sobras (lucros líquidos obtidos e redistribuídos aos cooperados). Além desta economia o sistema CRESOL, segundo Balanço Social 2011, obteve um aumento de 22,74%, do ano de 2010 para 2011, no valor total de crédito liberado aos cooperados. Este percentual revela o aumento do acesso ao crédito.

A grande preocupação com a inclusão social se mostra bastante presente na concessão de créditos, diferenciando esta de outras instituições financeiras, que concede crédito a agricultores marginalizados pelo sistema de crédito brasileiro, como os arrendatários, posseiros e assentados da reforma agrária, mesmo sem ter garantia real de retorno do financiamento. Para este tipo de concessão são feitos avais solidários.

No que se refere às condições de Habitação e moradia o Programa Habitação Solidária – HABITASOL é uma importante ação do Sistema CRESOL, que

[...] oportuniza aos associados o acesso a moradias dignas no campo. Iniciado em 2004, o Programa trabalha em parceria com o Governo Federal, através de alguns de seus programas que dão vantagens para o financiamento de casas de baixo custo e interesse social como: juros baixos, carência e também recurso a fundo perdido. O principal objetivo do HABITASOL é elevar a dignidade e a autoestima do agricultor familiar, através da construção de boas moradias, contribuindo com sua permanência no campo, com aumento da produção de alimentos e com a diminuição do êxodo rural (CRESOL, 2010, apud GARCIA, 2011).

5. DISCUSSÃO DOS DADOS

Através da análise de Estudo de Caso do modelo de cooperativismo de crédito da CRESOL, e da análise documental de seu Balanço Social de 2011 é possível inferir que suas mais de 90 mil famílias cooperativadas, obtiveram grandes resultados.

Tais resultados podem ser corroborados através do índice IDESE, que pressupõe 4 blocos: educação, renda, condições de saneamento e domicílio e saúde; compostos por 12 indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Para uma análise foi realizado o cruzamento destes indicadores com as ações tomadas pela CRESOL, objetivando o desenvolvimento socioeconômico, como pode ser observada através da correlação apresentada no Quadro 3.

No bloco de educação três indicadores não podem ser relacionados diretamente a ações da CRESOL, porém estes indicadores podem sofrer grande influência, através do incentivo dado aos agricultores e familiares à educação e formação, sendo este um princípio do cooperativismo em geral. No bloco da saúde não foi encontrada correlação significativa.

Como pode ser verificado, no bloco da educação dos quatro indicadores, foi encontrado um indicador convergente, onde a CRESOL impacta diretamente através do Instituto de Formação INFOCOS, do Programa de Formação para Agentes Comunitários, do Programa Cooperativa Escola, do Programa de Desenvolvimento da Juventude da Agricultura Familiar e do Curso de Pós-Graduação disponibilizados.

Ainda com relação ao Quadro 3, o bloco de renda se correlacionar com dois indicadores de desenvolvimento socioeconômico, demonstrando que através da facilitação do acesso ao crédito com taxas inferiores ao mercado e de ações de auxílio ao planejamento produtivo e escoamento de produção, a CRESOL dinamiza o processo, diminuindo os riscos de perdas e de baixa produtividade. Já no bloco de condições de saneamento e domicílio, dentre 3 indicadores, dois são convergentes, visto que a cooperativa promove ações na área de habitação através do Programa HABITASOL.

Quadro 3 - Blocos do IDESE, índices componentes dos blocos e as ações de desenvolvimento socioeconômico da CRESOL

Blocos	Índices do IDESE	Ações da CRESOL
Educação	Taxa de abandono no ensino fundamental	Não há correlação direta
	Taxa de reprovação no ensino fundamental	Não há correlação direta
	Taxa de atendimento no ensino médio	Não há correlação direta
	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade	Implementou de forma permanente programas de formação, para atender as exigências desse novo contexto de organização econômica, social e ambiental. O Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) foi criado para auxiliar na construção de metodologias e propostas de formação que consiga atender as necessidades do cooperativismo. Entre as ações de formação e capacitação estão àquelas voltadas à visão e os princípios do cooperativismo, capacitação para a gestão econômica dos empreendimentos cooperativos, a qualificação técnica para atuar na produção, formação de agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, formação para técnicos, diretores e colaboradores.
Renda	Geração de renda - PIBpc	Expansão do cooperativismo de crédito, contribuindo para a democratização e acesso ao crédito rural, através de organização de estruturas de captação e empréstimo, tanto de recursos públicos, quanto próprios, disponibilizando em torno de Um bilhão de reais, na última safra, para os agricultores familiares (CRESOL, 2012)
	Apropriação de renda - VABpc do comércio, alojamento e alimentação	Organização de redes de cooperativas para comercialização de produtos, como forma de agregação de valor e valorização das políticas públicas de abastecimento alimentar. Organização de cooperativas de produção da Agricultura Familiar, para auxiliar as ações voltadas ao planejamento da produção, bem como, ações na melhoria da qualidade da matéria primas, sobretudo, na cadeia produtiva do leite nos três estados do Sul.
Condições de Saneamento e Domicílio	Percentual de domicílios abastecidos com água: rede geral	Através do cooperativismo solidário, recursos públicos foram acessados com vistas a atender demandas sociais, tanto para a população rural, quanto urbana, em pequenos municípios em projetos como o HABITASOL (voltado para habitação), Gênero e Geração e bem estar familiar.
	Percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário: rede geral de esgoto ou pluvial	
	Média de moradores por domicílio	Não há correlação
Saúde	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	Não há correlação
	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos	Não há correlação
	Esperança de vida ao nascer	Não há correlação

Fonte: IDESE/ CRESOL (2012)

Elaboração: Próprio autor

Para a análise tangível dos dados do IDESE, serão utilizados os municípios de Camaquã, Canguçu, Cristal, Dom Feliciano, Pelotas e São Lourenço do Sul, localizados na Base Regional CRESOL - Boa Vista, em São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, conforme as Tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

O crescimento do índice IDESE que será apresentado nestes municípios, pode ser um dos resultados da contribuição das ações da CRESOL nesta região,

porém não é possível afirmar de forma categórica, devido à abrangência de variáveis que podem ter contribuído para tais avanços.

Tabela 2 – Dados do IDESE para o município de Camaquã 2005-2009

Município de Camaquã	Educação Índice	Renda Índice	Saneamento e Domicílios Índice	Saúde Índice	IDESE Índice	IDESE Ordem
2005	0,838	0,736	0,659	0,834	0,767	37º
2006	0,847	0,729	0,66	0,836	0,768	44º
2007	0,853	0,751	0,662	0,839	0,776	42º
2008	0,855	0,77	0,662	0,851	0,785	27º
2009	0,863	0,775	0,662	0,84	0,785	29º

Fonte: Site FEE/ IDESE (2012)
Elaboração: Próprio autor

Tabela 3 – Dados do IDESE para o município de Canguçu 2005-2009

Município de Canguçu	Educação Índice	Renda Índice	Saneamento e Domicílios Índice	Saúde Índice	IDESE Índice	IDESE Ordem
2005	0,815	0,596	0,348	0,838	0,649	327º
2006	0,811	0,618	0,349	0,837	0,654	343º
2007	0,804	0,631	0,35	0,857	0,661	341º
2008	0,804	0,618	0,352	0,845	0,655	359º
2009	0,817	0,626	0,351	0,839	0,658	350º

Fonte: Site FEE/ IDESE (2012)
Elaboração: Próprio autor

Tabela 4 – Dados do IDESE para o município de Cristal 2005-2009

Município de Cristal	Educação Índice	Renda Índice	Saneamento e Domicílios Índice	Saúde Índice	IDESE Índice	IDESE Ordem
2005	0,792	0,607	0,422	0,833	0,663	293º
2006	0,795	0,628	0,422	0,834	0,67	295º
2007	0,794	0,638	0,424	0,842	0,674	306º
2008	0,789	0,653	0,424	0,834	0,675	304º
2009	0,805	0,664	0,423	0,832	0,681	292º

Fonte: Site FEE/ IDESE (2012)
Elaboração: Próprio autor

Tabela 5 – Dados do IDESE para o município de Dom Feliciano 2005-2009

Município de Dom Feliciano	Educação Índice	Renda Índice	Saneamento e Domicílios Índice	Saúde Índice	IDESE Índice	IDESE Ordem
2005	0,749	0,557	0,158	0,855	0,58	467º
2006	0,751	0,566	0,158	0,837	0,578	481º
2007	0,756	0,579	0,159	0,842	0,584	482º
2008	0,764	0,586	0,161	0,886	0,599	462º
2009	0,769	0,58	0,159	0,884	0,598	465º

Fonte: Site FEE/ IDESE (2012)
Elaboração: Próprio autor

Tabela 6 – Dados do IDESE para o município de Pelotas 2005-2009

Município de Pelotas	Educação Índice	Renda Índice	Saneamento e Domicílios Índice	Saúde Índice	IDESE Índice	IDESE Ordem
2005	0,842	0,684	0,687	0,815	0,757	54º
2006	0,841	0,696	0,687	0,817	0,76	56º
2007	0,834	0,71	0,688	0,825	0,764	62º
2008	0,838	0,723	0,69	0,819	0,768	59º
2009	0,86	0,718	0,689	0,814	0,77	56º

Fonte: Site FEE/ IDESE (2012)
Elaboração: Próprio autor

Tabela 7 – Dados do IDESE para o município de São Lourenço 2005-2009

Município de São Lourenço do Sul	Educação Índice	Renda Índice	Saneamento e Domicílios Índice	Saúde Índice	IDESE Índice	IDESE Ordem
2005	0,829	0,651	0,345	0,867	0,673	262º
2006	0,83	0,665	0,346	0,868	0,677	272º
2007	0,829	0,688	0,349	0,856	0,68	285º
2008	0,832	0,699	0,35	0,853	0,683	276º
2009	0,85	0,702	0,35	0,88	0,695	250º

Fonte: Site FEE/ IDESE (2012)
Elaboração: Próprio autor

Um grande avanço pode ser observado no aspecto educação, onde o estímulo, fomentado pela CRESOL, pode ter auxiliado no aumento deste índice em todos os municípios analisados. Com relação à renda também foi verificado em 100% dos municípios analisados o aumento deste índice do ano de 2005 a 2009. No bloco saneamento e domicílios, também pode-se verificar um aumento, pouco expressivo, em todos os municípios. Este baixo desempenho pode ser justificado, visto que este bloco depende mais diretamente de ações do Poder Público. Já no tocante à saúde, dos seis municípios analisados, apenas o município de Pelotas registrou um índice inferior em 2009, apesar deste bloco não poder ser relacionado com as ações da CRESOL.

No contexto de desenvolvimento socioeconômico, o índice geral IDESE dos municípios analisados foi superior em 100% da amostra, comparando os anos de 2005 e 2009. Dentre os índices apresentados a contribuição da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – CRESOL, em determinado ponto, pode ser um dos fatores que possivelmente levaram à melhoria das condições socioeconômicas e ao desenvolvimento das comunidades em que atua.

6. CONCLUSÃO

Com o estudo realizado foi possível analisar o modelo de cooperativismo de crédito da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico, capaz de minimizar as disparidades sociais. Primeiramente foram analisados conceitos de cooperativismo, cooperativismo de crédito, economia solidária, desenvolvimento socioeconômico e a importância destes perante a sociedade. Além disso, o sistema CRESOL foi analisado, por meio de estudos de caso, a fim de demonstrar de forma prática e real como este modelo pode ter contribuído no desenvolvimento socioeconômico de localidades, mostrando dados tangíveis através do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE.

No estudo de caso da CRESOL foi possível verificar o papel do cooperativismo de crédito no combate às desigualdades sociais, na construção de novas formas de desenvolvimento e de alternativas econômicas face à lógica predominante de mercado – a administração verticalizada, a concentração e acúmulo de capital e a detenção bancária do capital. No sentido de superar essa lógica, a cooperativa de crédito tem sido vista como uma alternativa viável para a democratização do acesso da população marginalizada ao capital financeiro.

O desenvolvimento, entendido por diversos autores inspira-se nos valores que enaltecem a condição humana da igualdade, da equidade e da cidadania (SANTOS, 2002). Condições estas intrínsecas nos princípios cooperativistas, fazendo que este modelo seja diretamente ligado ao desenvolvimento.

Esta concepção de cooperativismo com interação solidária, resgata os ideais de Rochdale, pressupondo e promovendo o ser humano completo, participante, consciente e com capacidade de exercer seus direitos e deveres, uma vez que seus princípios vêm ao encontro das aspirações humanas de melhores condições de vida.

Neste contexto o cooperativismo de crédito pode ser um fator promotor do desenvolvimento socioeconômico a partir de seus princípios, que vão desde a adesão voluntária livre, passando pela educação, formação e informação, até chegar a intercooperação e interesse pela comunidade, princípios estes essenciais ao desenvolvimento socioeconômico, conforme demonstrado no Quadro 3, podendo ser

generalizado à todo o Sistema Cooperativo de Crédito. Vale ressaltar que o desenvolvimento socioeconômico passa a ser uma realidade neste modelo apenas se seguidos os princípios ao “pé da letra”, caso contrário não passará de um modelo de crescimento econômico similar ao capitalismo.

Para que haja êxito neste modelo também é necessário que haja o compromisso consciente de cada cooperado e seu engajamento efetivo. Desta forma é possível tornar o cooperativismo uma alternativa viável econômica e socialmente, gerando benefícios para o cooperado, impactos no desenvolvimento local e promovendo resultados agregadores, como maiores oportunidades de educação, habitação, emprego e renda, a partir do acesso ao crédito (GRIEP, 2011, apud GARCIA, 2011, p. 60).

Conclui-se que o cooperativismo de crédito é um fator de desenvolvimento socioeconômico que congrega não somente a questão econômica, mas a social, educacional, cultural e humana. É visível que existem muitas possibilidades de promover parcerias com o Poder Público, Instituições de Ensino e organizações diversas, baseadas nos princípios cooperativistas, sendo necessário apenas o comprometimento com a melhoria da qualidade de vida.

Espera-se, por fim, que o modelo estudado sirva de exemplo a outros, alcançando um efeito multiplicador que possa também ser empregado em outros setores da economia, podendo gerar crescimento do PIB brasileiro, fortalecer a economia nacional por meio do aquecimento econômico e conseqüentemente proporcionar a ascensão socioeconômica da população de maneira mais igualitária.

REFERÊNCIAS

Anuário Antropológico/1984. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

BCB (Banco Central do Brasil). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10/07/2012

Banco Central do Brasil. Relatório de inclusão financeira. – N. 2-. – Brasília : BCB, 2011 - n. ; 29,7 cm. Disponível também on-line texto integral: <http://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/RIF2011.pdf>. Acesso em: 10/07/2012.

BENATO, João Vitorino Azolin. O ABC do Cooperativismo. 7º ed. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2004 (Coleção Orientação)

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre agricultores familiares. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. – São Paulo: Contexto, 2000. Pág.193-218.

BÚRIGO, Fábio Luiz. Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis, 2006. 375 folhas. Tese de doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina.
Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONFEBRÁS (Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito) – Curso on-line de cooperativismo de crédito – Ciclo Básico, 2010. Disponível em: <http://www.confefras.com.br/cooponline/>. Acesso em: 10/12/2010.

CRESOL (Sistema de Cooperativa de Crédito com Interação Solidária). Disponível em: www.cresol.com.br. Acesso em 20/09/2012.

CRUZ, Paulo Sergio Alves da – Cooperativismo. Rio de Janeiro: COP Editora, 1999

FEE (Fundação de Economia e Estatística). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 10/10/2012.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERBERT, Baldus ; EMILIO, Willems: Dicionário de etnologia, e sociologia (São Paulo, Editora Nacional, 1939.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11/10/2012.

KWASNICKA, Eunice Laçava - Introdução à administração. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

MAURER JUNIOR, Theodoro M. O cooperativismo: uma economia humana. São Paulo: Pioneira-Methodista, 1966. 328 p.

MENEZES, Antônio. Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios. Brasília : Stilo, 2004.

OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 09/07/2012.

OCB/ SESCOOP - Panorama do Cooperativismo Brasileiro ano 2011. Disponível em: http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf. Acesso em: 10/10/2012.

Portal do Cooperativismo de Crédito. Disponível em <http://cooperativismodecredito.com.br/news/2012/04/quando-somadas-as-cooperativas-de-credito-ocupam-a-7-posicao-no-mercado-financeiro-do-pais/>. Acesso em 07/10/2012.

SACHS, Ignacy – Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento. São Paulo: Vertice, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514p.

SCHÖDER, Mônica. Finanças, Comunidades e Inovações: organização financeira da agricultura familiar – o sistema Cresol, 2005. 215 folhas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

SCP - Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br>. Acesso em: 11/10/2012.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. – Brasília : BCB, 2008. 202 p.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAHU, Regina Yoneko. Uma outra economia é possível – Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e pesquisa em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.